7.

MAIO · 2021

Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!

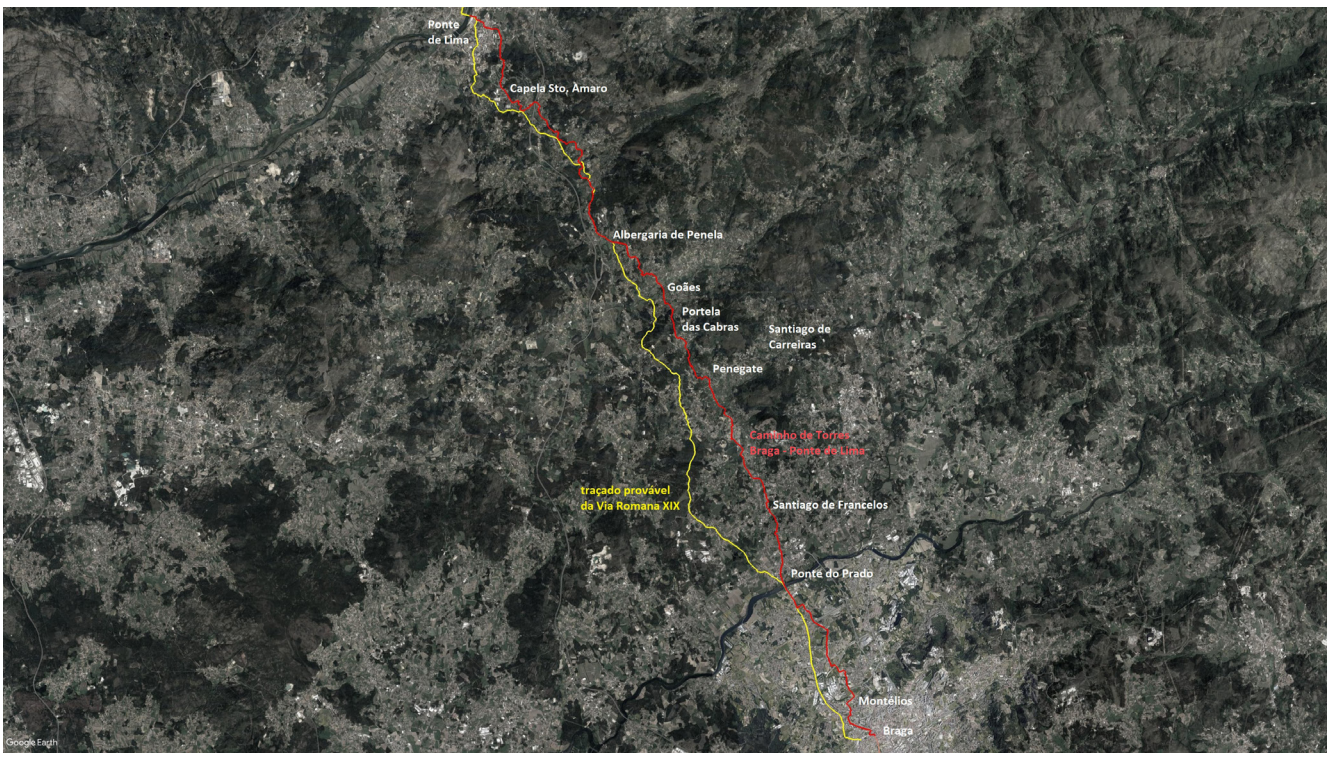

FIGURA 1.
Mapa comparativo da Via Romana XIX, segundo o site viasromanas.pt (a amarelo e o Caminho de Torres (a vermelho)

O CAMINHO DE TORRES AO LONGO DA VIA ROMANA XIX: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS DA HISTÓRIA

O CAMINHO DE TORRES AO LONGO DA VIA ROMANA XIX: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS DA HISTÓRIA

O troço final do Caminho de Torres, na aproximação ao centro de Ponte Lima (onde esta rota jacobeia entronca com o Caminho Central Português), sobrepõe-se parcialmente à antiga Via Romana XIX. Parte considerável dos Caminhos de Santiago em Portugal tem por base antigas estradas imperiais, ainda em relativo bom estado na Idade Média e marcas estruturantes da organização territorial promovida entre os séculos IX e XV. No entanto, e tal como também é possível verificar para outros itinerários jacobeus, o troço final do Caminho de Torres não é inteiramente fiel ao traçado da via romana. Como sucede com a *karraria antiqua* (estrada romana de suporte ao Caminho Central Português, entre o Porto e Ponte de Lima), ou com a via *Olisipo – Bracara* (origem do Caminho Central Português na atual Região Centro de Portugal), também o troço final do Caminho de Torres privilegiou marcas pós-romanas na paisagem, fruto da criação de centralidades medievais que se afastaram da organização imperial do território. Neste artigo, sintetizam-se os resultados das sedimentações históricas que estão na origem da via definida para o Caminho de Torres e a relevância regional de diferentes traçados ao longo da História, entre Braga e Ponte de Lima.

CAMINHO DE SANTIAGO, CAMINHO DE TORRES, PONTE DE LIMA, VIA ROMANA XIX, PEREGRINAÇÃO

ST. JAMES WAY, TORRES WAY, PONTE DE LIMA, ROMAN ITINERARIUM XIX, PILGRIMAGE

Camino de Torres final sections, approaching Ponte de Lima central area (where this Jacobean route converge with Portuguese Central Camino), partially overlaps the ancient Roman Itinerarium XIX. Considerable parts of Portuguese St. James Ways originated from ancient Roman roads, for in the Middle Ages these tracks were still in reasonable shape and they were also structuring features of the territorial organization promoted between the 9th and the 14th centuries. However, final sections of Torres Way are not so faithful to the ancient Roman road track. This is also verifiable in other Jacobean routes, such as the karraria antiqua *(Roman road from which Central Portuguese Camino originated, between Porto and Ponte de Lima) or the main via* Olisipo – Bracara *(basis of the Portuguese Central Way in nowadays Central Region of Portugal). Together with these two roads, final sections of Torres Way also privileged landscape post-Roman marks, due to the creation of new centralities in the Middle Ages.*

This article synthesizes what we know about historical sedimentation that explains Torres Way between Braga and Ponte de Lima, together with the relevancy of different roads throughout History.

PAULO ALMEIDA FERNANDES[1]

Introdução

Entre Braga e Ponte de Lima, o troço de Caminho de Santiago percorrido pelos peregrinos corresponde ao tramo final do Caminho de Torres, uma das cinco grandes vias de peregrinação a Compostela que cruzam o território português. Trata-se, na verdade, de uma antiga estrada de origem romana, conhecida por vários nomes em distintas épocas, a qual se constituiu como uma das mais importantes artérias medievais do país.

O Caminho de Torres é uma construção recente na história das peregrinações jacobeias portuguesas. Ele adota o nome de Diego de Torres Villarroel (1694-1770), poeta espanhol que realizou o Caminho até Compostela em 1737, e acerca do qual deixou um longo, estranho e erudito relato, escrito na forma de poema. A figura de Torres Villarroel, situado culturalmente entre o Barroco e o Iluminismo, é fascinante a vários níveis, sobretudo pelas surpreendentes dimensões da sua atribulada vida: catedrático de matemática na Universidade de Salamanca, autor de cartas astrais, forçado a um exílio em Portugal entre 1732 e 1734, na sequência do assassinato de um clérigo, autor de almanaques recheados de prognósticos baseados em fórmulas matemáticas e astronómicas de difícil verificação científica. A peregrinação de 1737 esteve recheada de peripécias, as quais o autor descreveu resumidamente num livro que circulou com o título *Peregrinación al Glorioso Apóstol santiago de Galicia*[2]. A dimensão biográfica deste relato, sobretudo por constituir o desfecho de um período da vida do autor em que se viu forçado a um exílio em terras portuguesas, acentua a importância da peregrinação, não obstante o sentimento "indevoto" com que o poeta a realizou[3]. Nas suas memórias, salientou a diversão que havia experimentado em casas fidalgas, conventos e outros lugares onde só se ouvia música, dançava e jogava. Nesses lugares, conhecendo-se a fama e o proveito de Torres como escritor de prognósticos, muitos homens e mulheres foram consultá-lo, tantos e sobre tão variados assuntos, que poderia ter voltado rico a Castela[4].

Em 1993, o escritor Pablo Arribas Briones recuperou o relato de Diego de Torres e incluiu-o num alargado capítulo de peregrinações jacobeias realizadas por diversas circunstâncias, mas não pela devoção ao apóstolo Santiago, ou sequer por qualquer motivação cristã[5]. A partir desta abordagem histórica e crítica, Luís António Miguel Quintales, professor do Departamento de Informática da Universidade de Salamanca, dedicou-se a reconhecer o possível itinerário seguido por Torres. Graças ao voluntarismo da Associação de Antigos Alunos da Universidade de Salamanca, Quintales e María Soledad Beato realizaram esse trabalho a partir do verão de 2009, seguindo uma filosofia muito específica: privilegiar as vias afastadas do tráfego automóvel, que favorecessem uma relação mais íntima entre os pere-

[1] Professor Auxiliar Convidado da Universidade Nova de Lisboa. Membro integrado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP). Assessor científico do Programa de Valorização Cultural e Turística do Caminho de Santiago – Caminho de Torres (consórcio de Comunidades Intermunicipais do Douro, Tâmega e Sousa, Ave, Cávado e Alto Minho).

[2] Utiliza-se a versão editada por Jacobo Sanz Hermida, *Peregrinación al Glorioso Apóstol Santiago de Galicia*, Salamanca, Librería Cervantes, 2003.

[3] Diego de Torres Villarroel, *Vida, ascendencia, nacimiento, crianza y aventuras*, 1743 (ed. María Angulo Egea, Barcelona, Penguin Clásicos, 2016, p.194): "Fue el más penoso el que hice de ir a pie a visitar el templo del apóstol Santiago, y fue sin duda el más indignamente cumplido, porque las indevotas, vanas y ridículas circunstancias de mi peregrinación echaron a rodar parte del mérito y valor de la promesa".

[4] Idem, *Ibidem*, p.196.

[5] Pablo Arribas Briones, *Pícaros e picaresca no Caminho de Santiago*, s.l., Junta de Castilla y León, 2010, pp.56-59

[6] O website www.caminosantiago.usal.es/torres/ existe desde junho de 2011.

grinos e a natureza própria de cada região. Esta opção revelou-se duvidosa do ponto de vista histórico – na medida em que passou ao lado de troços estruturantes locais e/ou elementos patrimoniais de inegável relevância para o ideário jacobeu –, mas permitiu estruturar um caminho coerente, de Salamanca a Ponte de Lima, acompanhado pela criação de um *website* bastante completo e que permite a interação entre peregrinos[6].

O programa de valorização cultural e turística do Caminho de Torres (2017-2021)

A oportunidade para valorizar o Caminho de Torres na Região Norte de Portugal surgiu no início de 2016, altura em que a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS) incluiu este itinerário jacobeu no seu lote de candidaturas ao programa europeu FEDER – Programa Operacional da Região Norte – Norte 2020 (Ações de Património Cultural).

O projeto de *valorização cultural e turística do Caminho de Torres* congregou cinco comunidades intermunicipais da Região Norte de Portugal (Douro, Tâmega e Sousa, Ave, Cávado e Alto Minho) - as quais estabeleceram um protocolo, assinado em Penafiel, a 24 de março de 2016 - e definiu uma área de intervenção de 234 quilómetros, entre Ponte do Abade (Sernancelhe) e a ponte internacional sobre o rio Minho (Valença do Minho), território que abrange quinze municípios: Sernancelhe, Moimenta da Beira, Tarouca, Lamego, Peso da Régua, Mesão Frio, Baião, Amarante, Felgueiras, Guimarães, Braga, Vila Verde, Ponte de Lima, Paredes de Coura e Valença do Minho.

O projeto foi aprovado em janeiro de 2017 e encontra-se em fase de finalização. Apesar da sua incidência regional, limitada aos municípios que integram a Região Norte do país, o trabalho efetuado beneficia a totalidade do Caminho de Torres e a parte do Caminho Central Português a partir de Ponte de Lima, sobretudo nas áreas de promoção e valorização. Com efeito, não houve intervenção física no itinerário abrangido pelos concelhos de Aguiar da Beira, Trancoso, Pinhel e Almeida, tal como não foi candidatada qualquer ação de qualificação nas regiões espanholas por onde o caminho passa (Galiza e Castela e Leão). No entanto, as ações de promoção privilegiaram a totalidade do trajeto, de Salamanca a Santiago de Compostela, abrangendo assim, também, os troços que fazem parte do Caminho Central Português.

O trabalho conjunto e articulado das cinco comunidades intermunicipais promotoras não pretendeu promover apenas a dimensão peregrinatória do Caminho de Torres, mas antes aproveitar a existência deste itinerário para gerar mais-valias culturais e turísticas regionais e locais. Foi pensado como um projeto-âncora, dialogante com outras operações já implementadas ou a implementar no terreno, e transversal numa ótica de desenvolvimento regional que potencia as singu-

> *Seguindo os critérios internacionalmente definidos pelo Plano Xacobeo, este eixo pretendeu dotar o Caminho de Torres de homogeneidade sinalizadora (...)*

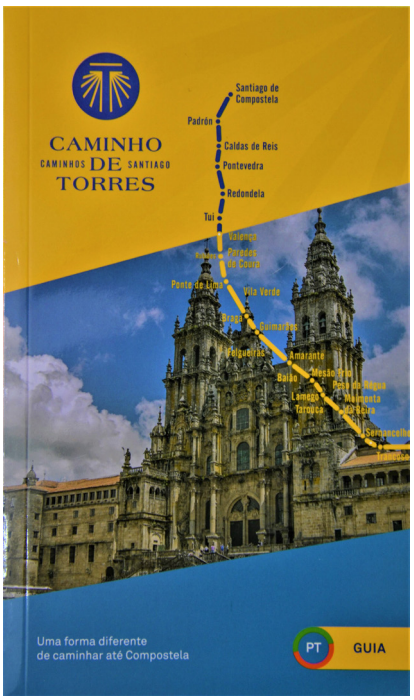

FIGURA 2.
Capa do *Guia do Caminho de Torres*. Edição portuguesa. Consórcio de CIM's Douro, Tâmega e Sousa, Ave, Cávado e Alto Minho, 2020

FIGURA 3.
Marco sinalizador do Caminho de Torres no concelho de Guimarães.

FONTE · Fotografia de António Sá.

laridades culturais dos diversos territórios.

O programa foi estruturado em três eixos de ação. Iniciou-se com o estudo e o diagnóstico do itinerário na área de intervenção intermunicipal, no sentido de fundamentar a autenticidade do traçado reconhecido por Luís Quintales, identificar oportunidades de qualificação paisagística e patrimonial, avaliar necessidades de sinalética e intervenções de segurança para os peregrinos. Com o apoio das associações de peregrinos Espaço Jacobeus e Via Lusitana e dos municípios, que disponibilizaram um técnico para acompanhar a equipa, elaborou-se um relatório-diagnóstico que orientou os trabalhos futuros de qualificação e de promoção do caminho.

A colocação de sinalética foi a face mais visível do programa de trabalhos. Seguindo os critérios internacionalmente definidos pelo Plano Xacobeo, este eixo pretendeu dotar o Caminho de Torres de homogeneidade sinalizadora, relegando para segundo plano as tradicionais setas amarelas pinta-

das em muros, postes e vedações, fazendo com que o tempo as apague. Não se tratou de uma integral renovação da sinalética jacobeia existente, mas antes de um reforço dos troços já sinalizados e da colocação de marcos e painéis nos novos traçados associados ao caminho, como ocorreu nos concelhos de Baião, Lamego ou Guimarães. Por outro lado, alguns troços estavam já providos de sinalética padronizada específica, como nos concelhos de Braga e de Amarante – onde as respetivas autarquias haviam já promovido essa intervenção –, ou no centro histórico de Guimarães – área classificada como património mundial. Por representar, à escala local, uma necessária alteração da paisagem, a colocação de sinalética foi acompanhada pela realização de sessões de esclarecimento e de sensibilização das populações locais, momentos que foram aproveitados para lançar as bases de um vínculo agregador e protetor do caminho nesses territórios.

No âmbito da promoção, o Caminho de Torres dispõe de site próprio (caminhodetorres.com), brochura de divulgação e guia (em português, castelhano e inglês), mapa de bolso (em cinco línguas) e um conjunto alargado de merchandising dirigido aos peregrinos, grupo-alvo de todo o programa e razão de existência deste caminho e do investimento público agora realizado.

A estrada do Prado

Diego de Torres partiu de Salamanca acompanhado pelo amigo Agustín de Herrera e quatro criados, cada qual com seu cavalo, trajado como peregrino, com bordão e esclavina. O plano era cumprir a promessa de peregrinação à casa do apóstolo em Santiago de Compostela e, ao mesmo tempo, permitir aos companheiros de viagem que "vissem sem pressa os lugares daquele reino" (Portugal)[7]. A cerimónia de início da peregrinação deve ter sido coisa memorável, possivelmente diante da Casa das Conchas daquela cidade, que o autor literariamente parodiou, dizendo que levava às costas a própria Casa das Conchas, tal a quantidade de vieiras que deveria transportar na indumentária de peregrino[8]. Nos cinco meses seguintes, à medida que o grupo se embrenhou em território português, Torres sentiu o regresso dos fantasmas conhecidos durante o exílio luso. Tendo chegado a Braga sem calças[9], prosseguiu até Valença, onde lhe foi servido um jantar exorbitantemente caro[10]. O autor não indica o trajeto seguido entre a cidade dos arcebispos e a fronteira de Valença, mas é verosímil que o tenha feito pela antiga Estrada do Prado, principal via de acesso ao noroeste peninsular a partir do coração do Minho.

Até tempos recentes, quem partia de Braga para Ponte de Lima sabia que percorria uma antiga estrada de origem romana[11], melhor identificada como Via XIX do Itinerário de Antonino. Trata-se da antiga ligação entre *Bracara Augusta*, capital da província romana da *Gallaecia*, e a cidade costeira de *Tude* (hoje Tui), seguindo depois

[7] Diego de Torres Villarroel, *Vida, ascendencia…*, ed. 2016, p.195.

[8] Diego de Torres, *Peregrinación al Glorioso…*, ed. 2003, p.49: "Con mi bordón en la mano, / al cinto mi calabaza, / y la Casa de las Conchas / al hombro, pecho y espalda".

[9] Idem, *Ibidem*, p.61-62: "bien roto, y mal descosido / sin calzones llegué a Braga".

[10] Idem, *Ibidem*, p.63: "Unas sopas mandé hacer, / y sacáronme por taza / todo el Colegio de Cuenca".

[11] Isso mesmo dá conta os primeiros roteiros modernos sobre o Caminho Português: Conde d' Aurora, *Caminho Português para Santiago de Compostela*, Braga, Livraria Cruz, 1965, p.119: "Ao sair de Braga pela velha estrada romana do Prado"; também Carlos Gil e João Rodrigues, *Pelos Caminhos de Santiago. Itinerários portugueses para Compostela*, Lisboa, Dom Quixote e Círculo de Leitores, 1990, p.178.

FIGURA 4.
Fonte de Santiago, Braga.

FONTE · Fotografia de António Sá.

para *Lucus Augusti* (Lugo). Apesar das dúvidas que permanecem sobre alguns troços desta via[12], o atual Caminho de Santiago sobrepôs-se-lhe parcialmente. No entanto, tal como também se verifica na *karraria antiqua* – a mais importante estrada medieval do norte do país, a qual também tem origem romana –, o Caminho de Santiago atual privilegiou a passagem por pontos importantes da Idade Média, em vez de uma extrema fidelidade ao traçado romano original[13]. Nem outra coisa seria de esperar, face à densidade de pontos de interesse medievais, alguns bastante vinculados ao culto jacobeu, que levaram à constituição de vias alternativas à grande estrada romana, sobrepondo-se àquela fundacional rede viária pequenas variantes medievais que, a seu tempo, alcançaram mesmo o estatuto de itinerários principais. No século XVIII, o trajeto prevalente entre Braga e Ponte de Lima cruzava o rio Cávado em Prado, mas, a partir daqui, invertia para nascente da estrada romana, em direção de Moure, Aguães (Goães), Ponte Nova (Póvoa) e Ponte de Lima[14].

Este aspeto é imediatamente reconhecido no setor noroeste do concelho de Braga. Enquanto a Via XIX deveria seguir por Real, Frossos e Merelim (onde foi encontrado um miliário do tempo do imperador Adriano), num traçado genericamente semelhante à atual Estrada Nacional 201, o Caminho optou por outras marcas no território. A primeira é a Fonte de Santiago, situada na Rua da Boavista, em Braga (antiga Rua das Cónegas). A via deve ter sido definida já em época medieval, possivelmente aquando da construção do mosteiro visigótico por São Frutuoso de Montélios. Na Baixa Idade Média, impôs-se o topónimo Lugar da Cónega, em referência às propriedades que os cónegos que formavam o corpo capitular da diocese de Braga tinham na área noroeste da cidade, às quais se acediam pela Porta de São Francisco[15].

A fonte de Santiago é um elemento patrimonial já quinhentista, associável às grandes transformações

[12] Segue-se a mais recente proposta de Armandino Cunha, *Dossier Via Romana XIX*, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2006, a qual se baseia bastante no itinerário proposto por António Rodríguez Colmenero, Santiago Ferrer Sierra e Ruben Álvarez Asorey, *Miliários e outras inscricións viárias romanas do noroeste hispânico. Conventos bracarense, lucense e asturicense*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2004, pp.211-213.

que a via certamente recebeu na primeira metade do século XVI, aquando das obras de revitalização do Convento de São Francisco (anexo ao suposto mausoléu de São Frutuoso de Montélios), empreendidas pelo arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa. Com efeito, o espaldar da fonte ostenta inscrição com o ano de 1531, resultado direto do patrocínio daquele prelado. Para os peregrinos jacobeus, mais importante que a história específica desta fonte é a imagem do apóstolo que se conserva no nicho axial do espaldar, escultura de assinalável qualidade que representa Santiago com bordão e várias vieiras, uma delas de feitura recente. Em 1995, a fonte foi desviada um pouco para sul, para melhor definir (e monumentalizar) a praceta onde se implanta.

A Rua das Cónegas (atual Rua da Boavista) impôs-se como principal saída de Braga até ao século XIX. Ela conduzia diretamente a Real e a outra marca essencial da geografia medieval bracarense: o Mosteiro de Montélios, inicialmente consagrado a São Salvador, mas dedicado a São Frutuoso desde, pelo menos, os inícios do século X[16]. Um pormenor importante que relaciona este local com o culto jacobeu é o facto de, em 883 (pouco mais de meio século após a lendária descoberta do túmulo do apóstolo no sítio de Compostela), o então detentor da propriedade de Montélios – o presbítero Cristóvão, nome próprio tão sugestivo para a hagiografia dos caminhos –, ofereceu a herdade à igreja de Compostela. O conjunto monástico original deveria ser composto por uma igreja e por um mausoléu, destinado a receber o corpo de Frutuoso, falecido por volta de 665. Para os peregrinos atuais que reservam um pouco de tempo para visitar este monumento, surpreendem-se com a antiguidade e originalidade deste templete, não obstante a dúvida sobre a sua cronologia e algumas parcelas não terminadas (abandonadas) aquando do restauro da década de 30 do século XX.

De Montélios, o Caminho não se dirige para a estrada nacional (ou seja, não se aproxima do traçado da antiga Via XIX). Por antigas estradas rurais, hoje quase obliteradas pela moderna rede viária periurbana (sobretudo pela radical presença da Av. D. Eurico Dias Nogueira), o itinerário jacobeu dirige-se para Dume, possivelmente seguindo uma outra via romana, secundária, que ligava *Bracara* a Palmeira e Outeiro, cruzando-se o rio Cávado no sítio do Bico, junto à foz do rio Homem, local onde existiram várias barcas de passagem, ainda mencionadas nas *Memórias Paroquiais*[17]. Do lado norte do rio Cávado, subsiste o microtopónimo Torre / Paço e, em associação, a "Carreira da Torre", cristalização toponímica de uma antiga estrada ou calçada que subia da margem do rio até à Casa da Torre, monumento hoje muito descaracterizado, mas cuja origem deve situar-se no início da Época Moderna. Do lado sul do rio, e voltando à atual periferia de Braga, esta via ligava diretamente Montélios e Dume, locais emblemáticos da progressão do primeiro Cristianismo na zona imediatamente a norte de Braga, e que pode

[13] Paulo Almeida Fernandes, "Uma estrada para um caminho: a *karraria antiqua* nos itinerários jacobeus portugueses", *Ad Limina*, n.º 11, Santiago de Compostela, Turismo de Galicia / S. A. de Xestión do Plan Xacobeo, 2020, pp.29-60.

[14] João Bautista de Castro, *Roteiro terrestre de Portugal*, Lisboa, Oficina de Manuel Mamescal da Costa, 1748, p.181.

[15] Maria do Carmo Ribeiro, *Braga entre a Época Romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Braga, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, 2008, vol. 2, p.535.

[16] Como salientou Manuel Luís Real, "Inovação e Resistência. Dados Recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular", *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, 1995, p.66, o conjunto é mencionado como mosteiro de São Salvador em documentação régia asturiana do ano 883; no entanto, em 911, quando o rei Ordonho II procedeu à delimitação da diocese de Dume, o local já é referenciado como São Frutuoso.

[17] José Viriato Capela, *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, s.ed., 2003, p.31. ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 7, nº 16, pp. 847-852.

mesmo explicar a circunstância de grande proximidade cultural entre estes dois polos, tão ativos nos séculos VI e VII.
O Caminho não vai a Dume. A partir da capela de Carcavelos, optou-se por vias secundárias, algumas de terra batida, para permitir a aproximação ao rio Cávado sem ser necessário percorrer uma via de tão grande tráfego como a EN 201. O Caminho só volta a encontrar a Estrada Nacional (e, por isso, a antiga Via XIX) por altura do lugar de Calçada, micro-topónimo que indica uma via empedrada na aproximação à Ponte do Prado.

A ponte do Prado

A Ponte do Prado é um dos pontos mais antigos de travessia do rio Cávado. Crê-se que a grande via romana aqui tivesse a sua passagem por barca, razão pela qual subsiste a notícia de, nas suas imediações, ter sido recolhido um marco miliário do tempo do imperador Augusto[18]. Para além da evidência viária, o sítio do Prado foi ainda importante em época imperial pela abundante produção oleira local, realizada a partir dos ricos bancos de argila e que abasteceu a cidade de *Bracara Augusta*[19].
As origens da ponte são medievais e devem datar de meados do século XII, pois a travessia é referida em 1179 como "pontem catavi", a ponte sobre o Cávado[20]. Após a queda parcial em 1510[21], houve necessidade de proceder a um grande restauro em 1616, data que consta de uma inscrição comemorativa colocada no varandim central sobre o tabuleiro. Estas epígrafes localizam-se no espaldar de dois grandes bancos e ladeiam os brasões real e dos condes do Prado, havendo ainda a notícia da existência de um cruzeiro que existia neste espaço central, entretanto desaparecido. Um letreiro alude ao arquiteto – António de Castro, de Viana do Castelo – e a outra inclui uma frase propiciadora para todos os que cruzam esta ponte: "Encoanto tiveres dias mira por ti sê prvdente. Asi como paga la ponte se paga la vida brevemente". Na reconstrução do século XVII, reaproveitaram-se alguns silhares siglados medievais e deve ter-se mantido a flecha dos arcos góticos, que continuam a ser de perfil ogival. Com os seus nove arcos de grande amplitude, seria certamente uma das maiores pontes góticas do país[22].

A carreira para Penegate

A partir de Vila do Prado – sede de concelho entre 1260 e 1855[23], bifurcam novamente os caminhos. Enquanto a Via XIX romana devia seguir para noroeste, na direção de Oleiros, Bouça do Castro e São Jerónimo de Atiães, locais onde se encontraram marcos miliários[24] (elementos materiais inequívocos acerca do trajeto da estrada romana), o Caminho de Santiago segue outro itinerário, mais orientado para norte, em direção a outra materialidade medieval jacobeia: a capela de Santiago de Francelos.
Nas imediações da capela surgiram elementos romanos, embo-

[18] Na verdade, conhecem-se dois marcos miliários e um conjunto de fragmentos que podem ser de miliários associados à travessia do rio Cávado neste ponto. O mais antigo, datado do tempo de Augusto, está hoje em lugar incerto, mas o segundo, do tempo de Tibério, faz hoje parte do acervo da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães. Sobre estes testemunhos, cf. António Rodríguez Colmenero, Santiago Ferrer Sierra e Ruben Álvarez Asorey, *Miliários e outras inscricións viárias romanas do noroeste hispânico. Conventos bracarense, lucense e asturicense*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2004, pp.275-276.

[19] Manuela Delgado, Rui Morais e Jorge Ribeiro, *Guia das Cerâmicas de Produção Local de* Bracara Augusta, Porto, Citcem, 2009, pp.37 e 71.

[20] Alberto Feio, *Coisas Memoráveis de Braga e Outros Textos*, Braga, Universidade do Minho, 1984, p.87.

[21] Clara Peixoto Magalhães, *A Valorização Patrimonial do Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde (Braga)*, Braga, Relatório de Estágio no âmbito de Mestrado apresentado à Universidade do Minho, 2017, pp.111-112.

[22] Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – o Gótico*, Lisboa, Presença, 2002, p.126.

[23] José Marques, "O Território do Concelho de Vila Verde, na Idade Média", *Boletim Cultural de Vila Verde*, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2005, pp.62-65.

[24] Armandino Cunha, *Dossier Via XIX*, p. 6 argumenta que um dos motivos para este desenvolvimento da via tão para ocidente foi justificado pela aproximação à zona de exploração aurífera de Cardal (Freiriz, conc. Vila Verde).

FIGURA 5.
Ponte do Prado.

FONTE · Fotografia de António Sá.

[25] Ricardo Barbosa da Silva, *As Ordens Militares do Hospital e do Templo no entre-Cávado-e--Minho nas Inquirições de Duzentos*, Porto, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, 2016, pp.74-75.

[26] Carlos Alberto Brochado de Almeida, *A rede viária do* Conventus Bracaraugustanus*: via* Bracara Asturicam *quarta*, Braga, Pax, 1979, pp.73-74.

FIGURA 6.
Imagem do apóstolo Santiago na igreja de Santiago de Francelos.

FONTE · Fotografia de António Sá.

ra se trate sobretudo de uma ara anepígrafa, que pode bem ter sido deslocada do seu local original. Não está descartada, todavia, a existência de uma via secundária romana neste setor, na medida em que um documento de 1133 nomeia a estrada que passa por Francelos como *carraria antiqua*. A zona foi ainda bastante ocupada por agentes vinculados à Ordem do Hospital, havendo mesmo notícia de um comendador de nome Gonçalo, documentado em 1216 como proveniente de *Fenal*, topónimo que Ricardo Barbosa da Silva admite que possa corresponder a Francelos, mais propriamente ao lugar de Faial (hoje a nascente da vila do Prado)[25].

A capela já estava consagrada a Santiago no século XII, embora nada no edifício de hoje denuncie uma tal antiguidade. O aspeto atual data de uma profunda campanha remodeladora ocorrida entre os séculos XVII e XVIII, período a que pertence o alpendre delimitado por murete, que certamente acolheu muitos viajantes e peregrinos ao longo de séculos. O principal motivo de interesse reside no interior: a imagem do orago, uma poderosa escultura barroca de Santiago, elegante, vertical e expressiva. O apóstolo está absorto na leitura da Bíblia, mas exibe orgulhoso o bordão e tem a cabeça coberta por chapeirão decorado com vieiras. No espólio do templo conserva-se ainda uma segunda imagem de Santiago, mais pequena e convencional, de menores méritos artísticos, bem como uma outra estátua de São Gonçalo, mítico santo auxiliador dos peregrinos.

A capela parece ter sido o primeiro passo num trajeto que se impôs ao longo da Idade Média, abandonando-se em definitivo a antiga via romana, que passava mais a ocidente, num território hoje bastante menos povoado. A própria estrada nacional 201 segue já o itinerário medieval, em detrimento da mais ocidental via romana. Em Laje subsistem vestígios de um antigo hospital, equipamento assistencial que auxiliava todos quantos se deslocavam nesta via norte-sul. Em Moure, reencon-

Carreiras é um termo que alude a antigos pontos de passagem, estatuto reforçado pelo facto de uma das antigas paróquias locais ter sido consagrada ao apóstolo Santiago.

tram-se os vestígios romanos (designadamente um tesouro de época imperial), mas o essencial do povoamento é de origem medieval. Curiosamente, Carlos Alberto Brochado de Almeida registou o microtopónimo *carraria*[26], o que, para a Idade Média, indica um caminho estruturante na paisagem, embora não necessariamente antigo (isto é, de origem romana). Para os peregrinos atuais, é essencial a passagem pelo cruzeiro que alude ao Caminho, implantado no início da Av. Padre Mário e mandado construir pela paróquia de São Martinho de Moure. O trajeto segue para São Miguel de Carreiras, mas é natural que, na Idade Média, se tenha também imposto o traçado por Santiago de Carreiras, beneficiando do hagiotopónimo jacobeu.

Carreiras é um termo que alude a antigos pontos de passagem, estatuto reforçado pelo facto de uma das antigas paróquias locais ter sido consagrada ao apóstolo Santiago. Este templo, inicialmente referido como Santiago de Villa Chã, está documentado desde o

FIGURA 7.
Torre de Penegate.

FONTE · Fotografia de António Sá.

[27] Cinesio Romão da Silva, *O Julgado de Bouro: a Terra e os Homens*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta, 2009, p.65; Luís Fontes e Sofia Catalão, *Torre de Penegate*, Braga, Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2013, pp.5-7.

[28] José João Rigaud de Sousa, "Casas-Torre ainda existentes nos Arredores de Braga", *O Distrito de Braga*, 2.ª série, vol. III, Braga, 1978, pp.13-14.

[29] Mário Jorge Barroca, "Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média", *Revista de História das Ideias*, vol. 19, 1998, pp.92-94.

[30] Idem, *Ibidem*, p.102 (publicação do documento de D. Dinis, datado de 5 de outubro de 1322, pelo qual o monarca concedeu autorização a Mem de Vasconcelos para erguer casa forte no couto de Penegate).

[31] Manuela Martins, "Património Arqueológico e Primitiva Ocupação do Território do Concelho de Vila Verde", *Boletim Cultural de Vila Verde*,

ano 1059 e, nos séculos seguintes, fez parte da honra de Penegate.

A torre de Penegate é outra surpresa para os peregrinos atuais. Ela adota o nome de Egas Pais de Penegate, valido do conde D. Henrique, tenente da Terra de Bouro e fundador do mosteiro de Rendufe[27]. Apesar da construção atual ser bem posterior à vida daquele nobre, Egas Pais terá sido o mais relevante proprietário desta honra, cuja origem pode mesmo recuar aos meados do século XI, altura em que aparece grafada como Pennela de Pennagati[28] – uma torre alcandorada sobre um monte dominante. A sua atual configuração resulta de uma reconstrução integral realizada a partir de 1322. Um documento régio datado de 5 de outubro desse ano autorizou Mem Rodrigues de Vasconcelos, companheiro de armas de D. Dinis (então em guerra com o seu filho e sucessor, Afonso IV), a reconstruir a *domus fortis* (casa-forte) que possuía em Penegate[29]. O objetivo desta empreitada não era fornecer ao nobre uma torre com todas as comodidades da residência áulica da época. Aquele documento esclarece que o monarca permitia a reconstrução da torre para proteger Mem Rodrigues de Vasconcelos, ao tempo meirinho-mor na região entre-Homem-e-Cávado, uma das áreas do reino mais contestatárias em relação aos direitos reais. Desta forma, "conpria huma casa forte (...) para teer hy o corpo em salluo quando lhy conprise e outro ssy pera teer hy a molher e os filhos que non possam Receber dano daquelles que lhy a el mal querem polo meu serviço"[30].

Organizada em três pisos, que recriam verticalmente a organização tripartida dos paços medievais em câmara, antecâmara e trascâmara, a torre tem acesso apenas ao nível intermédio, através de escada amovível de madeira, de que restam ainda os apoios de pedra. O único caminho que ligava à porta circunda a torre e era facilmente defendido pelo balcão de matacães aberto na face ocidental do último piso.

A torre está hoje integrada num complexo monumental mais vasto, de que faz parte a capela de Nossa Senhora da Penha, construída a partir de 1617 por iniciativa de Miguel Valadares, cónego de Guimarães e proprietário da honra de Penegate, tendo destinado o templo religioso a capela funerária, onde de facto se fez sepultar, em 1668. Antes da subida, existe um cruzeiro que marca o pequeno largo dominado pela torre. E, a meio da escadaria que leva ao promontório, localiza-se uma fonte, possivelmente muito antiga, embora a sua forma atual date de uma campanha reformadora no século XX. Finalmente, o pequeno corpo residencial anexo à torre é fruto de uma campanha de restauro e de ampliação realizada em 1939.

De Penegate a Ponte de Lima pela Via XIX

Só depois de ultrapassada a Portela das Cabras (onde se encontrou uma lápide funerária romana)[31] e a localidade de Goães, é que o Caminho volta a encontrar a antiga Via

Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2005, pp.24-25 sugere que nas imediações do local onde foi encontrada esta lápide tivesse existido uma *uilla*.

[32] Concorda-se com a catalogação da ponte efetuada por Armandino Cunha, *Dossier Via XIX*, p.4.

FIGURA 8.
Antiga Casa da Câmara e Pelourinho de Albergaria de Penela.

FONTE · Fotografia Câmara Municipal de Pontte de Lima

XIX. O traçado neste ponto não é consensual, embora se admita que, a partir de Marrancos, aquela via pudesse seguir genericamente a atual Estrada Nacional 201, pelo que o percurso alternativo para o atual Caminho de Santiago, por Portela das Cabras, Goães e Anais, se impôs naturalmente.

Em Goães alcança-se a Ponte Pedrinha, estrutura de construção medieval, conforme indica o seu tabuleiro em duplo cavalete rampante. É possível que se trate de uma ponte que substituiu uma antiga travessia de época romana, embora não sejam identificáveis reaproveitamentos de elementos daquela hipotética primeira estrutura[32]. Assente sobre três arcos de volta perfeita reforçados com talhamares triangulares, alguns silhares incluem as típicas siglas de canteiro, evocadoras de um sistema laboral que caracteriza as obras pleno-medievais. A atual configuração resulta, em todo o caso, de uma parcial reconstrução realizada em 1624, ano em que foi documentado o mestre de pedraria Pero Soeiro à frente dos trabalhos.

A entrada no concelho de Ponte de Lima faz-se pela antiga Portela de Penela, nos limites da freguesia de Anais, onde subsiste o sugestivo topónimo Albergaria. Trata-se, na verdade, de Albergaria de Penela, nome medieval pelo qual a localidade era conhecida. Como o nome indica, aqui existiu uma albergaria, referida em 1220 e parcialmente na posse da Ordem do Templo[33]. Naquele tempo, a circunscrição dispôs ainda de um castelo, o qual chegou a ser sede de julgado e cabeça de um concelho próprio, e que é hoje sobretudo conhecido por Castelo de Anais[34], embora me pareça que se trata de uma fortificação pleno-medieval e não da época suevo-visigótica, como foi já aventado. Apesar de situado nos limites de Ponte de Lima desde 1369, altura em que o rei D. Fernando I integrou Albergaria de Penela no julgado de Ponte de Lima, a área evoluiu para concelho autónomo em 1514, data em que recebeu carta de foral. A circunscrição municipal existiu até 1836. Neste ano, algumas freguesias foram integradas no concelho de Ponte de Lima e, em 1855, com a extinção do concelho de Penela do Minho, terminou de forma definitiva a autonomia deste território[35].

Ao passar pelo sítio de Albergaria ainda existe o pelourinho, implantado defronte da antiga Casa da Câmara, na atualidade bastante transformada. O pelourinho não está na sua forma original. Ele foi desmantelado em data incerta da segunda metade do século XIX e o fuste só foi redescoberto em 1981. Outras parcelas do monumento permanecem por relocalizar, como o remate da estrutura, que podia ter associado algum elemento identificador do antigo concelho de Albergaria de Penela.

Na aproximação a Ponte de Lima, o Caminho segue mais fielmente o traçado da Via XIX, bordejando o sopé do Monte da Madalena pelo lado ocidental. É por essa razão que, em muitos casos, a sinalética jacobeia é acompanhada por uma outra, em madeira, que alude àquela importante estrada romana. Em Queijada subsiste a igreja de São João Baptista, de origem

[33] Leonardo Silva, *Arquitetura das Estruturas de Assistência no Norte de Portugal (séculos XII a XVI)*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Porto, 2017, p.204.

[34] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Alto Minho*, Lisboa, Presença, 1987, pp.107 e 110.

[35] Ana Catarina Lima Noering Gomes, *O sistema de informação do extinto concelho de Albergaria de Penela*, Porto, Dissertação de Mestrado em História e Património, 2016, pp.29-31.

> *O caminho leva à Câmara Municipal, ao Pelourinho e à Fonte da Vila. Estes últimos elementos patrimoniais são obras do século XX, mas a sua origem é bem anterior.*

FIGURA 9.
Nicho popular com a imagem de Santiago. Caminho de Santiago na freguesia de Fornelos.

FONTE · Fotografia de Paulo Almeida Fernandes.

medieval, porém bastante reformulada no século XVIII. Para a história jacobeia, é mais importante a desaparecida albergaria que aqui existiu, doada em 1231 ao Mosteiro de Fiães[36], o que prova a preocupação daquele cenóbio do Alto Minho em associar ao seu património zonas mais a sul e, neste caso, diretamente vinculadas à passagem de peregrinos, em trânsito para Compostela.

Em Fornelos, cuja igreja está dedicada a São Vicente, há mais marcas do culto ao apóstolo. No final de um deslumbrante troço pedestre após a Quinta do Cortinhal, a rua que liga a Estrada Nacional 201 à Junta de Freguesia e ao templo paroquial guarda uma marca recente do culto a Santiago: uma alminha de feitura recente (posterior a 2010), dotada de nicho que enquadra uma rudimentar figura do apóstolo, a qual tem atraído a atenção dos muitos peregrinos que por aqui passam. É assim também o Caminho de Santiago atual: cenário de enriquecimentos contemporâneos, tantas vezes anónimos, que conferem densidade e motivos de interesse aos itinerários jacobeus.

Antes de Ponte de Lima, os peregrinos passam pela discreta capela de Santo Amaro. À beira da estrada nacional, o local não evoca a ancestralidade dos vestígios arqueológicos ali encontrados, essenciais para comprovar a passagem da antiga Via XIX. Daqui procede um marco miliário da primeira metade do século III, o qual foi reaproveitado como pelourinho do Couto de Bertiandos, que assinalava a 18ª milha desde *Bracara*[37].

A chegada a Ponte de Lima faz-se pela Avenida António Feijó abaixo, porém com uma viragem à direita, para que o peregrino possa verdadeiramente acercar-se do centro histórico pelas antigas Portas de Braga, desmanteladas em 1800[38]. É nas suas imediações que ainda existe a antiga Albergaria de São João de Deus. A história desta instituição assistencial remonta a 1659, ano em que a rainha D. Luísa de Gusmão ordenou a construção de uma hospedaria para soldados feridos

[36] Leonardo Silva, *Arquitetura das Estruturas de Assistência…*, 2017, p.205.

[37] Síntese de dados em António Rodríguez Colmenero, Santiago Ferrer Sierra e Ruben Álvarez Asorey, *Miliários e outras inscricións viárias…*, 2004, pp.281-282.

[38] Carlos Alberto Brochado de Almeida e Sandra da Silva Rodrigues, "Uma Intervenção Arqueológica nas Portas de Braga da Vila de Ponte de Lima", *Portugália*, nova série, vol.21-22, Porto, Universidade do Porto, 2000-2001, p.193.

em combate contra os espanhóis. Curta vida teve a hospedaria. A vitória portuguesa nas Guerras da Restauração ditou o fim útil do equipamento, que acabou por ser extinto em 1716. A partir desta data, foi sucessivamente arrendado até entrar no património da Misericórdia local, que o destinou a hospital. Apesar da história atribulada, o edifício manteve quase sempre uma vocação assistencial, como sucede ainda hoje, ao desempenhar a função de quartel de bombeiros.

O caminho leva à Câmara Municipal, ao Pelourinho e à Fonte da Vila. Estes últimos elementos patrimoniais são obras do século XX, mas a sua origem é bem anterior. O pelourinho ilustra a longa história de autonomia municipal de Ponte de Lima, obtida em 1125 por parte da condessa-rainha D. Teresa, mãe do primeiro rei português, Afonso Henriques. Não foi este o seu primeiro local de implantação. No século XVI, o pelourinho situava-se no areal diante da vila, por altura da Porta do Postigo (diante da Torre de São Paulo). Esta inusitada localização, fora das muralhas e em pleno leito de cheia, fez com que o pelourinho fosse destruído várias vezes, uma das quais em 1754. O marco foi reconstruído no ano seguinte mas acabou por ser desmantelado em 1857, ano em que o senado municipal alargou o então Passeio D. Fernando (hoje Passeio 25 de abril), a grande avenida fronteira ao rio. As suas parcelas foram integradas em várias construções então realizadas (como o escudo, entretanto aplicado na Fonte de São João, a mais importante da vila, localizada do lado nascente) e só em 1936 é que a Câmara Municipal promoveu a construção do atual marco simbólico da longa história local. Em relação à Fonte da Vila, foi mais uma estrutura de abastecimento de água à população, que aproveitava os recursos aquíferos de Merim, zona a Sudoeste do centro histórico, onde existia uma calçada medieval. É a mais antiga fonte de Ponte de Lima e, até 1603, a única que abastecia toda a comunidade.

À entrada do centro histórico, exibe-se a estátua da rainha D. Teresa. Num país onde a estatuária pública de génese autárquica é, tantas vezes, de gosto duvidoso, esta representação da soberana que concedeu foral a Ponte de Lima é uma exceção. A iniciativa partiu de notáveis limianos, incluindo Francisco Abreu Lima, Amândio de Sousa Vieira e João de Sá Coutinho, que, dispondo de verbas municipais, encomendaram o monumento ao escultor Luís Valadares. A obra final contou também com parcelas realizadas pelo artista local José Manuel Armada. A estátua foi inaugurada em 2002, a 4 de março, dia em que D. Teresa concedeu foral a Ponte de Lima e também dia em que se celebra o feriado municipal, e representa a condessa-rainha em posição majestática e elegante, plenamente coroada. Segura o manto com a mão esquerda e apresenta orgulhosa o foral de Ponte de Lima a todos quantos descem a Avenida António Feijó.

A estátua da rainha é mais um elo entre a história local e o ideá-

[39] Luís Carlos Amaral e Mário Barroca, *A Condessa-Rainha*. Teresa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp.129-130.

[40] A realidade assistencial de Ponte de Lima foi particularmente estudada por Maria Marta Lobo de Araújo, "Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial", *Participação, Saúde e Solidariedade – Riscos e Desafios*, Braga, ICS-NES, 2006, pp.481-492.

rio jacobeu. D. Teresa e o conde D. Henrique foram peregrinos a Compostela, numa viagem que deve ter sido motivada sobretudo por motivos políticos. No final de 1097, o casal deslocou-se à cidade do apóstolo, numa altura em que o próprio monarca leonês e a sua corte ali deviam estar. Como equaciona Luís Carlos Amaral, é possível que a viagem tivesse também na agenda o estatuto de Braga como diocese liderante do noroeste peninsular, aproveitando que a cátedra compostelana (recentemente trasladada de Iria Flavia) estava vaga[39]. As coisas não se passaram assim, como se sabe, e, após 1100, ano em que Diego Gelmírez foi finalmente eleito bispo de Compostela, o enfrentamento entre as duas dioceses foi uma realidade e a derrota de Braga uma evidência em pouco tempo.

Na frente ribeirinha de Ponte de Lima, o Caminho de Torres entronca com o Caminho Central Português. A centralidade da vila nas rotas jacobeias do noroeste português tem muitas marcas históricas, relacionadas sobretudo com o acolhimento aos peregrinos nos vários hospitais que existiram dentro e fora das muralhas[40]. Ultrapassada a ponte (e as suas duas desaparecidas torres que permitiam o controlo de pessoas e de bens), continua a via romana XIX, tal como continua o Caminho de Santiago.

"*A centralidade da vila nas rotas jacobeias do noroeste português tem muitas marcas históricas, relacionadas sobretudo com o acolhimento aos peregrinos nos vários hospitais que existiram dentro e fora das muralhas.*"

FIGURA 10.
Estátua da Rainha D. Teresa, Ponte de Lima.

FONTE · Fotografia de António Sá.